

13.01.2016 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Pró-Inclusão, Associação Nacional de Docentes de Educação Especial (Pin ANDEE)

Delegação constituída por: Professor Doutor David Rodrigues (Presidente) e Professora Fátima Craveirinha (Vice-Presidente)

Recebidos por: Deputados Maria Manuela Tender (PSD), Odete João (PS), Joana Mortágua (BE), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Diana Ferreira (PCP)

Assunto: Políticas de educação especial e inclusiva

Ordem do Dia

13:45: Apreciação de propostas para o plano de atividades

14:00: Audiência à Pin-ANDEE, Associação Nacional de Docentes de Educação Especial

Dando início à reunião, a Coordenadora do Grupo de Trabalho de Educação Especial, Deputada Maria Manuela Tender (PSD), submeteu à consideração do Grupo de Trabalho a calendarização da apresentação das propostas de cada Grupo Parlamentar para o plano de atividades, tendo a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) sugerido o dia 22 de janeiro como prazo para a sua entrega para que na semana seguinte se pudesse agendar uma reunião para proceder à sua apreciação.

Após um breve diálogo em que usaram da palavra as Senhoras Deputadas Laura Magalhães (PSD), Odete João (PS) e Joana Mortágua (BE), e não havendo objeções, ficou consensualizado que todos os Grupos Parlamentares fariam a entrega dessas propostas até ao dia 22 de janeiro.

Dando início à audiência, a Senhora Coordenadora agradeceu a disponibilidade do Professor Doutor David Rodrigues e da Professora Fátima Craveirinha e explicou a grelha de tempos, dando de seguida a palavra aos representantes da Pin ANDEE, que agradeceram a oportunidade concedida para expor as suas preocupações.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

Iniciaram a sua intervenção apresentando a génese da Associação, as suas atividades e o seu contexto, salientando as suas preocupações e alguns aspetos da educação especial que gostariam de ver analisados e trabalhados.

Em relação à educação especial em si e à educação inclusiva, chamaram a atenção para determinados problemas que a Associação considera extremamente relevantes.

Em primeiro lugar, pensam ser importante haver uma alocação de recursos para a educação especial e para a educação inclusiva, na medida em que nos últimos quatro anos estas áreas depararam-se com algumas dificuldades, fruto dos múltiplos cortes no financiamento dos CRI's, Centros de Recursos para a Inclusão, e da diminuição do número de professores de educação especial.

Referiram também ser importante fazer referência ao aumento registado nos últimos anos do número de alunos com necessidades educativas especiais, estando inscritos neste momento cerca de 73 000, apoiados por 5800 professores. Daí serem necessários mais recursos humanos e materiais para a educação especial.

Em relação à intervenção precoce, sublinharam haver situações que necessitam de ser avaliadas porque existem professores que não têm formação para fazer esse tipo de intervenção, fazendo todo o sentido abrir concurso para pessoas com formação adequada para fazer esse tipo de acompanhamento.

Abordaram também a questão do currículo específico individual e da falta de uma medida intermédia e dos problemas daí podem advir.

Registaram também que com o prolongamento da escolaridade obrigatória há falta de recursos humanos no ensino secundário para acompanhar estes alunos com necessidades educativas especiais e que na transição para a vida adulta eles ficam relativamente desprotegidos e sem condições de transitar da escola para o mundo do trabalho.

Quanto à formação de professores, sublinharam ser necessário haver mais controlo por parte do Governo porque, por exemplo, há cursos que não contemplam um período probatório, de estágio; colocar só na formação de professores todo o ónus do progresso não lhes parece correto, na medida em que se não houver uma mudança de políticas ao nível setorial todo o esforço feito será infrutífero e inútil.

Por fim, apresentaram algumas propostas ao Grupo de Trabalho, a primeira das quais relativa à necessidade de se proceder a uma revisão estruturada do Decreto-Lei n.º 3/2008 e a segunda à realização conjunta de conferências parlamentares sobre direitos humanos e pessoas com deficiência ou inclusão/direitos humanos. Por fim, propuseram uma parceria com



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

o Grupo de Trabalho, dada a importância de se criar um canal de comunicação que permita estabelecer entre todos um diálogo profícuo.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) saudou a Associação pelo trabalho desenvolvido ao longo dos tempos. Quanto à proposta apresentada de se estabelecer uma ligação com o Grupo de Trabalho de Educação Especial, disse que essa parceria era fundamental porque permitia criar uma ligação com a realidade concreta e com quem melhor conhece as necessidades existentes.

Falou também da austeridade e da política de cortes seguida nos últimos anos na educação especial e da necessidade de se contratarem mais professores e terapeutas e de os vincular às escolas e apostar na sua formação. Sublinhou ser necessário adequar os recursos materiais e humanos porque se estas crianças forem bem acompanhadas, e se este ensino tiver os meios adequados, isso fará toda a diferença na sua capacidade de no futuro ter uma vida autónoma e independente e na sua transição para a vida adulta.

A Senhora Deputada Odete João (PS) referiu-se à intervenção precoce e à necessidade de haver um trabalho articulado com as áreas da saúde e da ação social. Falou também das barreiras culturais ainda existentes e que são incapazes de proporcionar a estes alunos um trajeto que os prepare para a vida ativa.

Por fim, abordou os modelos de ensino e as escolas de referência, a falta de professores, de psicólogos, terapeutas de fala e pessoal administrativo e os atrasos e suspensões do subsídio de educação especial.

A Senhora Deputada Laura Magalhães (PSD) começou por congratular a Associação pelo trabalho desenvolvido ao longo dos anos.

Defendeu ser muito positiva a proposta feita pela Associação de ser criada uma parceria com o Grupo de Trabalho, na medida em que a educação é feita por todos e com o contributo de várias entidades, existindo ainda barreiras culturais relativamente aos conteúdos curriculares incapazes de proporcionar a estes alunos uma oportunidade de construírem um trajeto que os prepare para a vida ativa.

Terminou sublinhando que o Grupo Parlamentar do PSD ia analisar as inquietações expressas pelos representantes da Pin Andee para dar as respostas adequadas.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) disse que havia que minimizar os impactos daquilo que não estava a correr bem no ensino especial e tentar ultrapassar todas essas dificuldades.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

Abordou a questão das adequações curriculares e da possível criação de uma medida intermédia e perguntou se seria fácil e objetivável encontrar um critério que permitisse colocar os alunos não em dois mas, sim, em três segmentos.

Questionou também os representantes da Associação sobre qual o modelo que devia existir (se é que existe um), se um modelo de escolas de referência ou se um modelo em que os pais podiam escolher a instituição onde gostariam de ter os seus filhos.

Terminou referindo-se à transição para a vida adulta e ao facto de, para além dos programas de estágio, estes jovens serem «entregues a nada».

A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) saudou o trabalho e a reflexão que a Associação tem desenvolvido ao longo dos tempos e que tem sido extremamente importante para que se possa ter um conhecimento da realidade e das dificuldades que se vivem lá fora, agradeceu os contributos dados e a proposta feita de parceria com o Grupo de Trabalho.

Disse também que o Grupo Parlamentar do PCP tem denunciado os problemas mais graves do ensino especial, como, por exemplo, o da falta de professores, de técnicos, de psicólogos e de terapeutas da fala, fruto do corte brutal que houve nos últimos quatro anos, que teve consequências objetivas e concretas na vida das crianças e dos jovens com necessidades educativas especiais e no seu percurso educativo.

Sublinhou igualmente que há que dar condições à escola pública para garantir a estes jovens e a estas crianças o direito ao ensino em igualdade de oportunidades, criando-se uma escola efetivamente inclusiva.

Por fim, ainda abordou a questão do número de alunos por turma e do pagamento do subsídio de educação especial.

A gravação da audiência encontra-se disponível na [página da Comissão](#).

Palácio de São Bento, 13 de janeiro de 2016

A assessora,

Maria Mesquitela